

**REGIMENTO INTERNO
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE
APROVADO EM 19 DE OUTUBRO DE 2004**

CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEDE

CAPÍTULO II: DA FINALIDADE

CAPÍTULO III: DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO IV: DA COMPOSIÇÃO

CAPÍTULO V: DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ

CAPÍTULO VI: DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS E DIRIGENTES

Seção I: Da Presidência e Secretaria

Sub-Seção I: Das Atribuições da Presidência

Sub-Seção II: Das Atribuições da Secretaria

Seção II: Do Funcionamento do Plenário

Seção III: Das Câmaras Técnicas

CAPÍTULO VII: DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÊ

**CAPÍTULO VIII: DO RELACIONAMENTO COM O CONSELHO NACIONAL DE
RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**

CAPÍTULO IX: DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

CAPÍTULO X: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

REGIMENTO INTERNO
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE
APROVADO EM 19 DE OUTUBRO DE 2004

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEDE

Art. 1º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-DOCE é órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos previstos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –CNRH.

Parágrafo Único. O CBH-Doce tem sua sede no município de Governador Valadares – MG e poderá ser transferida por decisão da plenária a cada mandato.

Art. 2º O CBH-DOCE, tem como área de jurisdição e atuação a totalidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e será regido por este Regimento.

Parágrafo único. Na área de atuação de que trata o *caput* deste artigo, o CBH-DOCE desenvolverá suas ações com base nos fundamentos da Lei nº 9.433/97, em especial, no que se refere à gestão descentralizada e participativa, entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, bem como à necessidade da gestão compartilhada, considerando as políticas estaduais de recursos hídricos e as competências constitucionais e legais dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE

Art. 3º O CBH-DOCE tem por finalidade:

I - promover a gestão dos recursos hídricos e as ações de sua competência considerando a totalidade da bacia hidrográfica do Rio Doce como unidade de planejamento e gestão, definidas no âmbito da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, fomentando as ações previstas na Lei 9433/97, nas políticas Estaduais correspondentes e em normas complementares supervenientes.

II - articular a integração da gestão dos Sistemas Estaduais e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão, no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Doce;

III – apoiar e promover a integração de instâncias regionais de recursos hídricos da bacia, tais como: os Comitês em sub-bacia, os Consórcios Intermunicipais, as Associações de usuários e outras formas de organização afins.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Art. 4º Compete ao CBH-DOCE:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III- aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, respeitando e integrando as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e as orientações contidas nos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, compatibilizando de forma articulada e integrada com os Planos de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas afluentes ao rio Doce, quando existentes;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V- propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos os quantitativos das acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, na bacia do Rio Doce, de forma integrada com os quantitativos definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, em articulação com os critérios definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos;

VII - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

VIII - solicitar ao CNRH a criação de sua Agência de Água ou delegação de competência a uma das entidades previstas na legislação de recursos hídricos;

IX - deliberar sobre a proposta orçamentária da Agência de Águas, conforme previsto no art. 43 da Lei nº 9.433 de 1997;

X- aprovar ações decorrentes do cumprimento da Lei Nº 9.433 de 1997 e demais normas regulamentares;

XI - fomentar e apoiar iniciativas em educação ambiental em consonância com Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como sua regulamentação;

XII – aprovar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO DO CBH-DOCE

Art. 5º. O CBH-DOCE será composto por 55 (cinquenta e cinco) membros titulares, de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias:

I - da União, com 4 (quatro) representantes, sendo 3 (três) que representem as políticas públicas dos principais usos de água na bacia, sociais, econômicos e ambientais e 1(um) representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

II - Estados, com 6 (seis) representantes, sendo 3 (três) para cada Estado que compõe a bacia hidrográfica, quais sejam: Minas Gerais e Espírito Santo

III - Municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com 12 (doze) representantes:

- a) 10 (dez) do Estado de Minas Gerais;
- b) 2 (dois) do Estado do Espírito Santo.

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação, com 22 (vinte e dois) representantes, sendo 14 (quatorze) localizados em Minas Gerais, 8 (oito) no Espírito Santo, considerando a representação dos seguintes setores:

- a) 5 (cinco) para abastecimento urbano e lançamento de efluentes, sendo 3 (três) para o Estado de Minas Gerais e 2 (dois) para o Estado do Espírito Santo;
- b) 7 (sete) para indústria e mineração, sendo 4 (quatro) para o Estado de Minas Gerais e 3 (três) para o Estado do Espírito Santo
- c) 5 (cinco) para irrigação e uso agropecuário, sendo 4 (quatro) para o Estado de Minas Gerais e 1(um) para o Estado do Espírito Santo;
- d) 3 (três) para o setor de hidroeletricidade, sendo 2 (dois) para o Estado de Minas Gerais e 1 (um) para o Estado do Espírito Santo;
- e) 2 (dois) para os setores hidroviário, pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos, sendo 1 (um) para o Estado de Minas Gerais e 1 (um) para o Estado do Espírito Santo.

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, com 10 (dez) representantes, sendo 7 (sete) com atuação no Estado de Minas Gerais, 3 (três) no Estado do Espírito Santo, considerando as seguintes entidades:

- a) 3 (três) para os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, sendo 2 (dois) para o Estado de Minas Gerais e 1(um) para o Estado do Espírito Santo;
- b) 3 (três) para organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, sendo 2 (dois) para o Estado de Minas Gerais e 1(um) para o Estado do Espírito Santo;

c) 4 (quatro) para organizações não - Governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, sendo 3 (três) para o Estado de Minas Gerais e 1 (um) para o Estado do Espírito Santo.

VI - das comunidades indígenas, conforme alínea “b”, parágrafo 3º, art. 39 da Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997, com 1(um) representante.

§ 1º Cada membro titular terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento.

§ 2º Os membros suplentes dos segmentos do poder público municipal, dos usuários e das organizações civis serão, obrigatoriamente, de entidades distintas.

§ 3º A indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos Poderes Públicos federal e estaduais, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, das pessoas jurídicas que compõem o CBH-DOCE serão indicados por seus respectivos representantes legais.

§ 5º O processo de escolha dos membros titulares e suplentes representantes do poder Público Municipal, dos usuários e das organizações civis, ocorrerá em eleições específicas, por segmento e terá ampla e previa divulgação a partir de editais contendo critérios objetivos de credenciamento e regras claras de habilitação e representatividade.

§ 6º O processo de escolha, deverá terminar até 30 (trinta) dias antes do fim do mandato e será coordenado pela Secretaria Executiva.

§ 7º O mandato dos membros do Comitê será de 3 (três) anos, podendo os membros serem reeleitos;

§ 8º É membro do CBH-DOCE aquele que for eleito entre seus pares, sendo que, no caso de pessoa jurídica, a vaga será da entidade e não da pessoa física que a representa.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CBH-DOCE

Art. 6º A Estrutura do CBH -Doce compreenderá:

- I- Plenário
- II- Diretoria
- III- Câmara técnica

Parágrafo único. A Diretoria será composta por 1(um) presidente, 2 (dois) vice-presidentes, e 1(um) Secretário Executivo, garantida a representatividade dos dois Estados.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS E DIRIGENTES DO CBH-DOCE
Seção I
Da Diretoria

Art. 7º A Diretoria do CBH-DOCE será eleita pelo Plenário dentre os membros do CBH-DOCE, em reunião especialmente convocada para este fim.

§ 1º Os mandatos dos membros da Diretoria terão 3(três) anos de duração, podendo ser prorrogado por até 90(noventa) dias após a posse dos novos membros do Comitê.

§ 2º Os mandatos dos membros da Diretoria serão coincidentes, podendo haver uma única reeleição consecutiva.

§ 3º Os membros da Diretoria poderão ser destituídos por decisão do plenário com pelo menos 39(trinta e nove) votos favoráveis, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 8º Os membros da Diretoria não poderão ser substituídos, exceto interinamente, cabendo em caso de vacância, a realização no prazo de até 180(cento e oitenta) dias, de nova eleição.

§ 1º Em caso de vacância e impedimentos temporários da Presidência, a função será ocupada interinamente pelo 1º Vice-Presidente.

§ 2º No impedimento do 1º Vice-Presidente, assumirá as atribuições do Presidente o 2º Vice- Presidente e no impedimento deste o Secretário-Executivo.

§ 3º No caso do impedimento do Secretário-Executivo a Diretoria remanescente indicará um Secretário-Executivo ad hoc até nova eleição.

§ 4º Em caso de vacância dos cargos da diretoria, o membro mais idoso do CBH-Doce, assumirá a Presidência e convocará a eleição no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias.

§ 5º A realização da eleição, na forma deste artigo, dar-se-á para completar o tempo de mandato do substituído.

§ 6º A Presidência eleita conforme previsto neste artigo terá mandato complementar ao mandato do substituído.

Sub-seção I
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 9º Cabe ao Presidente do CBH-DOCE:

- I - dar posse aos membros titulares e suplentes;
- II - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, fixando-lhes a pauta.
- III - dirigir ou designar um membro para coordená-las;
- IV - encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação do Plenário;
- V - assinar as atas das reuniões, Deliberações e Moções aprovadas, juntamente com o Secretário Executivo;
- VI - fazer cumprir as decisões do Plenário;
- VII - decidir sobre os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte;
- VIII - representar o CBH-DOCE, ou se fazer representar, em atos a que deva estar presente;
- IX - promover a articulação do CBH-DOCE com os Comitês existentes, ou organismos de bacias, em sua área de atuação;
- X - solicitar aos órgãos e entidades os subsídios e informações para o exercício das funções do CBH-DOCE e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas com os recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;
- XI - convidar especialistas, mediante proposta do Plenário ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBH-DOCE;
- XII – determinar, com a concordância do plenário, o calendário das reuniões ordinárias;
- XIII – definir os prazos para apresentação do parecer relativo a matéria objeto de pedido de vistas;
- XIV - zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- XV - designar relatores para assuntos específicos;
- XVI – definir os municípios de realização das reuniões plenárias.
- XVII - exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno.

Sub -Seção II
Das atribuições dos Vice-Presidentes

Art. 10. Apoiar o Presidente no exercício de suas atribuições.

Art.11. Cumprir as atribuições do Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais.

Sub-seção III

Das Atribuições do Secretário Executivo

Art. 12. Compete ao Secretário Executivo

I – encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de suas competências;

II - adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;

III - propor ao Plenário, no início de cada ano, o calendário de reuniões do ano em curso;

IV - promover a convocação dos membros titulares e suplentes às reuniões, organizar a pauta com aprovação do Presidente;

V - secretariar as reuniões do Plenário lavrando as respectivas atas e prestando as informações solicitadas, ou que julgar convenientes, sobre os processos ou matérias em pauta;

VI - assessorar o Presidente;

VII - redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moções, as decisões tomadas pelo Plenário, providenciar suas publicações e arquivá-las nos respectivos processos;

VIII - adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias ao exercício de sua competência;

IX - expedir as certidões requeridas ao CBH-DOCE, após autorização da Presidência;

X - elaborar o Relatório Anual das Atividades do CBH-DOCE;

XI – exercer outras atribuições determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário, necessárias ao desenvolvimento das atividades do CBH-DOCE.

Seção II

Do Funcionamento do Plenário

Art. 13. O Plenário é o órgão deliberativo do CBH-DOCE, composto de acordo com o art. 5º deste Regimento.

Art. 14. O Plenário do CBH-DOCE reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por 19(dezenove) membros do CBH-DOCE.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH-DOCE serão públicas e, preferencialmente, em cidades da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Art. 15. As reuniões serão realizadas com a presença de, no mínimo, 39 (trinta e nove) membros do CBH-DOCE, em primeira convocação e com maioria absoluta, em segunda convocação, espaçada em uma hora da primeira.

Art.16. As convocações para as reuniões do CBH-DOCE serão realizadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de reuniões ordinárias e, de 15 (quinze) dias, para as reuniões extraordinárias.

§ 1º A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, conterá a pauta e a ordem do dia será encaminhada aos membros titulares e suplentes, por carta registrada, ou por meio eletrônico, ou FAX, obrigatoriamente com confirmação de recebimento.

§ 2º Será divulgadas a convocação, a pauta e a ordem do dia inclusive por meio da página eletrônica do CBH-DOCE na internet.

§ 3º O encaminhamento conterá toda a documentação sobre os assuntos a serem objeto de decisão, exceto os requerimentos de urgência, devendo constar, obrigatoriamente: minuta da ata da reunião anterior e, quando couber, cópia das Deliberações e Moções nela aprovadas; instituições convidadas; e minuta das Deliberações e Moções a serem apreciadas.

Art. 17. Não havendo *quorum* mínimo definido pelo art. 15 deste Regimento para a realização da reunião ordinária, haverá nova convocação, no prazo de (15) quinze dias.

Art. 18. O Plenário aprovará o calendário anual das reuniões ordinárias.

Art. 19. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificarem suas convocações, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

Art. 20. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão conduzidas da seguinte forma:

- I - abertura de sessão e verificação de *quorum*;
- II – leitura da pauta e discussão da ordem do dia;
- III - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- IV - comunicações;
- V - apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguida de debates;
- VI - votação e decisão;
- VII - encerramento.

§ 1º Os assuntos a serem tratados deverão, necessariamente, constar do ato de convocação.

§ 2º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante não constante da pauta, dependerá de aprovação de um terço dos membros presentes.

§ 3º Os documentos que venham a ser objeto de pedido de vista em uma reunião ordinária ou extraordinária, integrarão, obrigatoriamente, a pauta da reunião seguinte para apreciação, não podendo ser retirados da pauta por novo pedido de vista, a não ser por decisão de dois terços dos membros presentes.

Art. 21. O Presidente da mesa, por solicitação justificada de qualquer membro do CBH-DOCE e por deliberação do Plenário, poderá determinar a inversão da ordem dos debates e votação das matérias constantes da pauta ou adiar a decisão de qualquer matéria submetida ao CBH-DOCE.

Art. 22. As questões de ordem deverão versar sobre a forma de encaminhamento dos debates e votação da matéria em pauta, podendo ser levantadas a qualquer tempo.

Parágrafo único. As questões de ordem serão decididas pelo Presidente da mesa.

Art. 23. As Deliberações do CBH-DOCE serão aprovadas por pelo menos 39 (trinta e nove) de seus membros e as Moções por dois terços dos membros presentes.

§ 1º As votações serão nominais e abertas.

§ 2º Em caso de empate nas decisões, o Presidente exercerá o voto de qualidade.

Art. 24. Os membros suplentes terão direito à voz e votarão apenas na ausência do membro titular.

Art. 25. A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBH-DOCE.

§ 1º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário do CBH-DOCE que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião, conforme a ordem cronológica de sua apresentação, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

§ 2º As solicitações subscritas por 19 (dezenove) membros do CBH-DOCE deverão, obrigatoriamente, ser incluídas na pauta da reunião seguinte.

Art. 26. O Plenário se manifestará por meio de:

I - Deliberação, quando se tratar de decisão relativa à matéria vinculada à competência legal do CBH-DOCE;

II - Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer natureza, relacionada com as finalidades do CBH- DOCE.

Parágrafo Único. As decisões do CBH-DOCE terão a forma de Deliberação, dando-se conhecimento às partes diretamente interessadas por meio de ofício, carta registrada, meio eletrônico ou FAX.

Art. 27. O CBH-DOCE poderá realizar consultas públicas para discussão de matérias consideradas relevantes pelo Plenário, especialmente a proposta do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Art. 28. As atas deverão ser aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas, em especial por meio da página eletrônica do CBH-DOCE, na Internet.

Seção III

Das Câmaras Técnicas

Art. 29. O CBH-DOCE poderá, a seu critério, instituir Câmaras Técnicas, permanentes ou temporárias, que serão criadas por deliberação do Plenário, que definirá a sua composição, atribuições e regras de funcionamento.

Art. 30. O CBH DOCE poderá, em parceria com os Comitês de rios que integram a bacia do rio Doce ou entidades de Gestão de Recursos Hídricos em sua área de atuação, instituir Câmara Técnica específica, com a finalidade de apoiar o processo de gestão compartilhada na bacia, especialmente por meio da proposição de regras de articulação e integração.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CBH-DOCE

Art. 31. Aos membros do CBH-DOCE, além das atribuições já expressas, compete:

- I - discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- II - apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - solicitar vista de processos, devidamente justificadas;
- IV - solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- V - propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI - requerer votação;

VII - fazer constar em ata o ponto de vista discordante do órgão ou entidade que representa quando julgar relevante;

VIII - propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBH-DOCE;

IX - votar e ser votado para as funções previstas neste Regimento;

X - propor a criação das Câmaras Técnicas;

XI - participar das Câmaras Técnicas;

XII - propor a criação da Agência de Águas ou indicar a entidade delegatária de competência;

XIII – Informar com antecedência à Secretaria do CBH- DOCE, a impossibilidade de comparecimento às reuniões;

Art. 32. A participação dos membros no CBH-DOCE será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

Art. 33. Os membros do CBH-DOCE que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários à lei ou às disposições deste Regimento, responderão por esses atos.

CAPÍTULO VIII

DO RELACIONAMENTO COM O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH

Art. 34. O plenário do CBH-DOCE encaminhará ao CNRH, questões de competência deste, conforme previsões legais ou, ainda, aquelas que não forem resolvidas no âmbito do CBH-DOCE.

Art. 35. Das decisões tomadas no âmbito do CBH-DOCE, caberá recurso ao CNRH, 30 (trinta) dias após a sua publicação.

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

Art. 36. O membro que não comparecer a 2(duas) reuniões consecutivas do CBH-DOCE, ou 3(três) alternadas, sem justificativa acatada pelo Plenário, receberá comunicação do desligamento da sua representação.

§ 1º Caso não haja justificativa do membro, no prazo de 30(trinta) dias, a questão será levada à discussão e decisão do plenário do CBH-DOCE para efeito de desligamento.

§ 2º No caso de desligamento do membro titular, o Presidente convocará o membro suplente para ocupar a vaga, sendo que a suplência será preenchida por uma das entidades eleitas, na seqüência de votação, que completará o mandato em curso.

§ 3º No caso de desligamento dos membros titular e suplente, as vagas serão preenchidas por entidades eleitas, na seqüência da votação, que completará o mandato em curso.

Art. 37. No caso de renúncia de um membro, seja ele, titular ou suplente, aplicam-se disposições, no que couber, dos §§ 2º a 3º do artigo anterior.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Este Regimento Interno poderá ser alterado por decisão de no mínimo 39(trinta e nove) votos favoráveis, em reunião Plenária Extraordinária, convocada especificamente para este fim com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Art.39. A Diretoria do CBH-DOCE solicitará à ANA, e às entidades estaduais de gestão de recursos hídricos o apoio necessário ao funcionamento do CBH-DOCE, bem como para a competente elaboração e implementação dos instrumentos previstos na legislação.

Art. 40. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 41. Este Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, após aprovação pelo Plenário.